

ICMBio

Edição 581 – Ano 13 – 29 de outubro de 2020

em foco

Novo perfil do servidor público é de profissional moderno e qualificado

Voluntários sinalizam trilha nos Caminhos do Planalto Central

ICMBio já integra o portal único do Governo Federal

ICMBio já integra o portal único do Governo Federal

No dia 27 de outubro, o ICMBio migrou o site institucional para a plataforma do Governo Federal, o **Portal gov.br**, de acordo com os termos do art. 1º, do Decreto nº 9.756/2019, que institui o portal único “gov.br” no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal. Agora, o site do ICMBio será acessado pelo link <http://www.gov.br/icmbio>, sendo que o site **atual** continuará funcionando paralelamente até que seja concluída a migração completa de seu conteúdo.

A migração, que foi realizada pela COTEC e DCOM, ocorrerá em três fases, onde a primeira, finalizada no dia 27, contempla a página inicial do ICMBio e outras informações. As duas próximas fases de migração deverão ocorrer até dezembro e envolvem o restante do conteúdo que ainda não foi migrado.

As unidades que possuem subsites poderão continuar alimentando suas páginas normalmente. As páginas do site atual que já foram migradas para o novo portal terão aviso informando ao cidadão que aquele conteúdo está em migração, evitando a busca por informações desatualizadas.

As migrações visam atender ao decreto de unificação de canais digitais (9.756/2019), que determina que todos os órgãos e entidades da administração federal deverão mudar para o Portal gov.br até o final de 2020. Até o final do ano, cerca de 120 órgãos serão incorporados ao gov.br. A centralização do conteúdo em um único Portal gera economia para os cofres públicos. O Portal, uma espécie “condomínio” do Governo Federal, facilitará a vida do cidadão, que encontrará informações e serviços em um único local.

Segundo o Governo Federal, a unificação dos canais governamentais é uma das práticas adotadas pelos países mais avançados em governo digital. O processo tem como base o investimento em segurança dos acessos e das informações, ao tempo em que economiza recursos públicos, ao acabar com a repetição de contratos para manutenção de sites informacionais. Portanto, o grande beneficiado é o cidadão, que passa a contar com soluções mais ágeis, comunicação uniforme e burocracia reduzida.

Identidade Digital – A Secretaria Geral, por meio da Secretaria Especial de Modernização do Estado, é a coordenadora do projeto junto a vários órgãos parceiros, que será base para políticas públicas mais eficientes, facilitação da interação da sociedade com entes públicos e empresas, e que acabará por modernizar também o exercício da cidadania, garantindo benefícios e liberdade para os indivíduos.



DMAG capacita servidores que atuarão na validação das informações do ciclo do SAMGe de 2020

A Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação (DMAG) realizou, entre os dias 22 e 24 de setembro e 14 de outubro, uma oficina de capacitação para os servidores que atuarão na validação das informações a serem prestadas pelas Unidades de Conservação (UCs) no ciclo do SAMGe de 2020.

Realizada on-line por meio da plataforma Teams, sob a moderação da servidora Fabiana Hessel (NGI/Ilhéus) e instrução dos servidores Felipe Rezende, Hélio Pereira, Leandro Souza, Mariusz Szmuchrowski e Silvia Beraldo, a capacitação contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas, entre representantes das Gerência Regionais, dos Centros de Pesquisa, da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (Coman), do Ministério do Meio Ambiente e dos órgãos ambientais do Ceará, da Bahia, do Tocantins, de Minas Gerais e de Pernambuco.

Na oficina, foram apresentadas as novidades para o ciclo de 2020, discutidas formas de aprimoramento da qualidade e confiabilidade das informações prestadas pelas equipes

gestoras das Unidades de Conservação no diagnóstico de gestão das UCs e também foram pactuados os procedimentos para validação das informações pelos pontos focais.

No âmbito federal, as informações inseridas no SAMGe pelas UCs serão avaliadas pelos pontos focais das Gerências Regionais, com apoio dos Centros de Pesquisa e da Coman, e, posteriormente, validadas pelos gerentes regionais do ICMBio. Esse procedimento visa refinar a qualidade e ampliar a confiabilidade das informações acerca da efetividade das UCs, que poderão ser utilizadas pelas demais unidades do Instituto e pela sociedade em geral.

O Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe é, desde 2016, a ferramenta oficial do ICMBio para avaliar a efetividade de gestão das UCs federais. Também é utilizada por diversos Estados e municípios, auxiliados pelo Ministério do Meio Ambiente (já é a ferramenta oficial nos estados do Ceará, Bahia e Tocantins). Segundo o chefe da DMAG, Mariusz Szmuchrowski, a ferramenta tem sido cada vez mais internalizada na Instituição, ampliando o seu espectro de utilização e sendo peça essencial na avaliação de projetos e parcerias.



Novo perfil do servidor público é de profissional moderno e qualificado

No dia 28 de outubro é comemorado o Dia do Servidor Público. Uma categoria de profissionais variada que compreende as mais diversas formações: médicos, advogados, administradores, veterinários, jornalistas, professores, psicólogos, engenheiros, biólogos, entre outros. Segundo o Portal da Transparência, o número de servidores corresponde a 1.023.493 de servidores ativos em 1.131.197 vínculos (já que, por lei, algumas categorias podem ter mais de um vínculo com o Estado).

O velho estigma de burocrata ficou para trás. O perfil do servidor público atual é de um profissional bem preparado, dinâmico e altamente qualificado. A maioria (mais de 60%) possui ensino superior completo, mesmo em cargos que não exigem esta qualificação. O número de pós-graduados praticamente dobrou entre 2005 e 2015, de 12% para 21%. Em relação à faixa etária, a maioria dos servidores públicos do Estado têm até 40 anos de idade.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) não destoa desta tendência. O órgão, que teve dois concursos (2008 e 2014), além dos servidores vindos do Ibama, atualmente possui 1.702 servidores, contando servidores comissionados e requisitados. A maioria é composta por homens: são 1.084 do sexo masculino e 618 do sexo feminino. Quanto à idade, a média do servidor do Instituto está um pouquinho acima da faixa nacional: 48 anos.

Os servidores do ICMBio também se destacam pela sua alta qualificação. Segundo a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, do

quadro atual, 792 possuem o grau de graduados, 520 são pós-graduados, e outros 507, mestres. Há, ainda, 67 com títulos de mestrado profissional, 121 doutores e 6 pós-doutores.

COMO SURTIU O SERVIÇO PÚBLICO

A ideia mais próxima do que temos hoje da função do servidor público surgiu na França pós-revolucionária. Anteriormente, as pessoas que prestavam este tipo de serviço eram amigos do rei, em troca de benesses como proteção ou títulos de nobreza.

No Brasil, o serviço público começou, de fato, em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa no país, mas só foi regulamentado em 1939.

É possível dizer que ele acompanhou a modernização da administração pública, visto que naquele tempo ainda imperavam o que chamamos de Administração Patrimonialista, quando o administrador público gere os bens públicos como seus, privilegiando as relações pessoais sobre a meritocracia. Desta forma, o Serviço Público era reservado apenas aos amigos do Governo da vez, contribuindo para a imagem negativa que dura até hoje.

Somente em 1939, foi instituída a primeira regulamentação sobre o Serviço Público, o Decreto o decreto 1713/39. É importante lembrar que a Constituição de 1988 estabeleceu referências sobre o Serviço Público, posteriormente utilizados na Lei atual, já que a Carta Magna anterior não previa nada sobre os servidores públicos.

De lá para cá, a necessidade de um perfil novo do servidor público é adaptada conforme

os modelos de administração. Atualmente, é senso comum que a apropriação individual dos recursos públicos para finalidade pessoal é um ato que prejudica a sociedade a longo prazo. Por isso, a importância das atuais legislações em garantir que os servidores possam atuar com isenção, transparência e segurança jurídica para que eles não sejam cerceados de cumprir a Lei.

A analista ambiental Carla Guiatanele é servidora pública desde os 19 anos. Ela está no ICMBio desde a sua criação. “Servir ao público sempre foi algo que me motivou mesmo antes de saber o caminho do concurso público”, diz Carla. “Acredito que o profissional, independentemente de estar na iniciativa privada ou na pública, precisa buscar seu propósito. Algo que o motive, que faça sentido não apenas a si próprio, mas principalmente à sociedade a qual se inclui”, completa.

Servidores do ICMBio também se destacam pela sua alta qualificação.



ODS relacionados



COMAN já iniciou as aulas do curso EAD em plano de manejo

No último dia 20 de outubro, começou o Curso a Distância para Elaboração e Revisão do Plano de Manejo. O curso, elaborado pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN), em parceria com a ACADEBio, é uma proposta há muito tempo esperada para colocar em prática pelo ICMBio. Pensado inicialmente para ser semipresencial, em função da pandemia da COVID 19, teve que ser todo trabalhado a distância. As aulas vão até 8 de dezembro.

Formado por 4 módulos, o curso tem por objetivo trazer para o educando a capacidade de planejar e executar processos de elaboração e revisão de Planos de Manejo, seguindo as diretrizes preconizadas pela IN nº 07/2017, o

roteiro metodológico e os princípios da estratégia de participação social no planejamento de unidades de conservação.

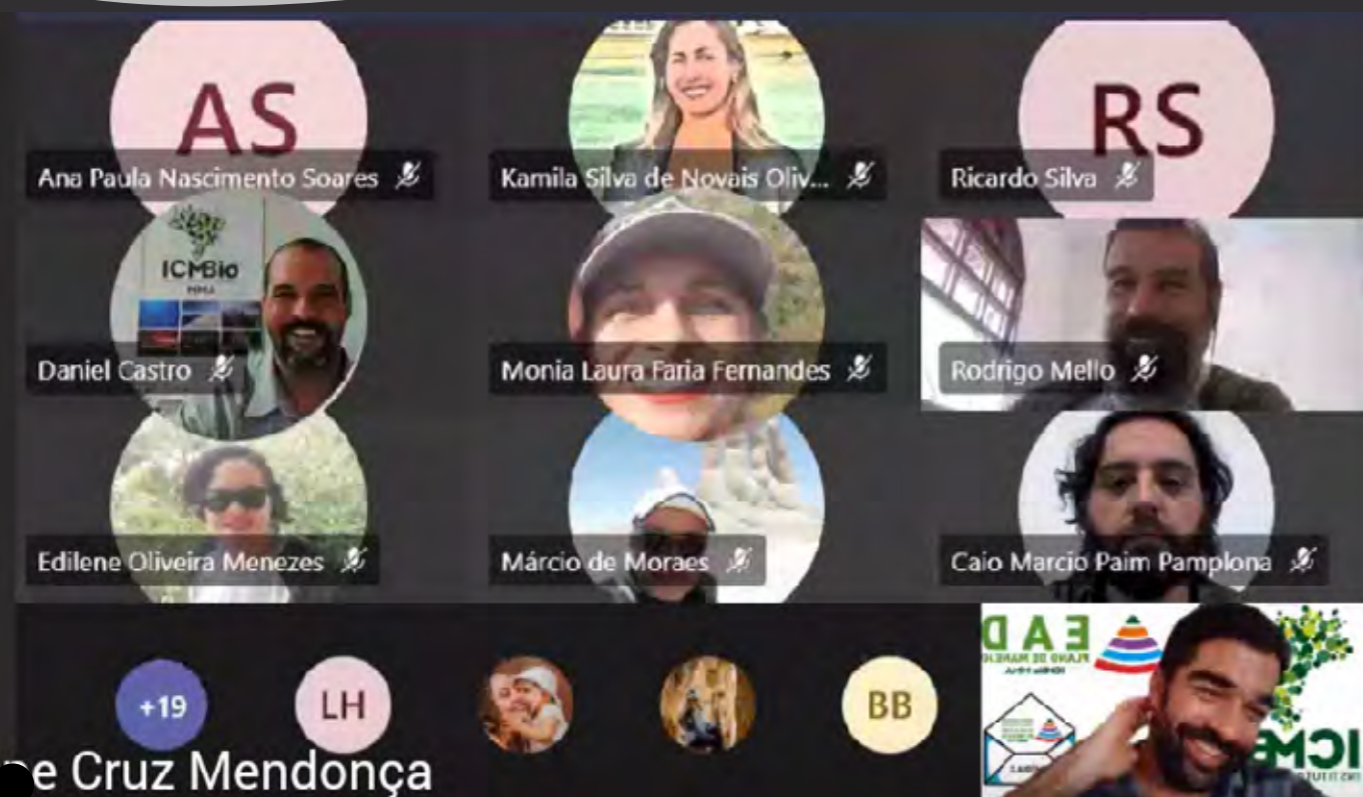
O processo formativo terá momentos de leitura, exibição de vídeos e exercícios de avaliação, assim como também 8 videoconferências onde serão momentos que os educandos e tutores trabalharão conteúdos do curso e realizando trabalhos de grupo.

Esta primeira turma é formada por 20 alunos, servidores do ICMBio de todo Brasil, que terão também a missão de avaliar os materiais do curso e sua dinâmica com o objetivo de aprimorá-los para as próximas turmas.

ODS relacionados



Primeira turma formada por 20 alunos do ICMBio.



www.icmbio.gov.br



Pyrrhura griseipectus

Ciro Albano

Cemave e colaboradores discutem ações para salvar aves da Caatinga

Nos períodos de 21 a 24 de setembro e 13 e 14 de outubro de 2020, foi realizada a oficina de monitoria III e avaliação de meio termo do segundo ciclo de gestão do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Caatinga. A oficina foi realizada em ambiente virtual, e contou com a participação de membros do Grupo de Assessoramento Técnico do PAN e colaboradores que atuam no bioma Caatinga.

Durante a oficina foi avaliado o andamento de cada uma das 71 ações do PAN e propostos alguns ajustes. Foi verificado que algumas ações tiveram seu andamento interrompido ou prejudicado por causa das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Contudo, essas ações estão sendo ou deverão ser retomadas num futuro próximo.

Foram criadas algumas ações, uma delas considerando a necessidade de aprimorar, monitorar e avaliar a efetividade das ações de educação

ambiental no âmbito do PAN. Outras ações visam mitigar os problemas de eletrocussão de araras-azuis-de-lear (*Anodorhynchus leari*) em redes de energia e de colisão com aerogeradores nas regiões do Raso da Catarina e Boqueirão da Onça. Também foram incluídas ações envolvendo o uru-do-nordeste (*Odontophorus capueria plumbeicollis*), táxon Criticamente em Perigo de extinção, para busca por novas populações, estimativas populacionais e estudos sanitários.

O PAN Aves da Caatinga é coordenado pelo CEMAVE e tem como objetivo geral a redução da perda e alteração de ambientes naturais, da pressão de caça e do tráfico, visando a manutenção ou recuperação das populações e habitats das espécies-alvo deste PAN nos próximos cinco anos.

Saiba mais sobre o PAN Aves da Caatinga [AQUI](#).

ODS relacionados



ICMBio em Foco - nº 581

CPB realiza a Oficina da 3ª monitoria do PAN Primatas Amazônicos

Nos dias 13 e 14 de outubro, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB) e o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas Amazônicos (PAN Primatas Amazônicos) realizaram a Oficina da 3ª Monitoria. O grupo monitorou a implementação das 26 ações dos cinco objetivos específicos do PAN.

Como resultado, 14 ações estão sendo implementadas conforme o previsto, dez ainda não foram iniciadas ou não foram finalizadas no período previsto, uma está com problemas de realização e outra foi programada para iniciar somente em 2022. Os objetivos relacionados à redução do impacto da caça e o de gerar conhecimentos sobre os impactos e formas de minimizar os efeitos das mudanças climáticas foram os que apresentaram os melhores resultados, pois todas as ações estão andando conforme o planejado. Já o objetivo relacionado a orientar a mitigação e compensação dos efeitos dos empreendimentos sobre as espécies, sem dúvida um dos objetivos mais desafiadores do PAN, foi o que apresentou as maiores dificuldades de implementação, em função da magnitude das ações. Ao final da monitoria, os membros do GAT discutiram os problemas enfrentados na implementação das ações e traçaram estratégias para tentar driblá-los e atingir os objetivos de conservação.

Segundo o membro do GAT e presidente da Sociedade Brasileira de Primatologia (SBPr), Gustavo Canale, a oficina de monitoria é um momento muito importante para acompanhar não apenas as ações de curto prazo que já foram realizadas, mas também para avaliar de forma progressiva as estratégias

de médio e longo prazo. “Na monitoria podemos observar que a maior parte das ações tem avançado conforme o previsto, o que nos deixa otimistas em relação ao PAN Primatas Amazônicos”, alega.

Após a monitoria das ações, a bióloga Tays Izidoro, da Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB), apresentou o Programa de Manejo Ex situ do macaco-aranha-de-testa-branca (*Ateles marginatus*). O Programa é fruto de um Acordo de Cooperação firmado em 2018 entre o ICMBio e a AZAB para cooperar na elaboração, implementação, manutenção e coordenação dos Programas de Manejo ex situ de espécies ameaçadas em zoológicos e aquários brasileiros durante 5 anos.

“Participar desta Oficina foi fundamental para me integrar a outros profissionais e entender as reais problemáticas para a conservação destas espécies. É um momento enriquecedor e, ao mesmo tempo, motivador. Espero, como studbook keeper, contribuir com todos para o sucesso do PAN”, ressalta Tays Izidoro, da Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil.

A analista ambiental do CPB e coordenadora do PAN, Renata Azevedo, considerou o resultado da oficina bastante satisfatório e acredita que os objetivos só foram alcançados em função do trabalho prévio de levantamento das informações sobre o andamento das ações, realizado pelo núcleo de Planos de Ação do CPB junto aos colaboradores. Além disso, destaca que, após esta monitoria, a coordenação do PAN vai dedicar atenção especial às ações que ainda não foram iniciadas ou não foram finalizadas no período previsto, mediando a comunicação entre os colaboradores e apoiando as atividades para a implementação das ações.

O PAN Primatas Amazônicos foi elaborado em 2017, contempla 15 das 16 espécies de primatas amazônicos ameaçados de extinção (só não contempla o sauíim-de-coleira, que possui um PAN específico) e tem como objetivo melhorar o estado de conservação dessas espécies.

Espécies contempladas pelo PAN: *Alouatta belzebul*, *Alouatta discolor*, *Ateles belzebuth*, *Ateles chamek*, *Ateles marginatus*, *Cacajao hosomi*, *Cebus kaapori*, *Chiropotes satanas*, *Chiropotes utahickae*, *Lagothrix cana cana*, *Lagothrix lagothricha*, *Lagothrix poeppigii*, *Mico rondoni*, *Saguinus niger* e *Saimiri vanzolinii*.

Acesse o PAN Primatas Amazônicos [aqui](#).

E o Acordo de Cooperação com a AZAB [aqui](#).

Ateles
Marginatus

CERPAN realiza sua 2ª oficina de Monitoria Anual

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) promoveu a 2ª Monitoria do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Ictiofauna, Herpetofauna e Primatas do Cerrado e Pantanal (CERPAN). A oficina aconteceu em ambiente virtual entre os dias 6 e 8 de outubro. Participaram da oficina os membros do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), composto por 12 representantes da sociedade que se comprometeram em acompanhar a implementação do PAN, realizar monitorias anuais e avaliações ao longo dos seus cinco anos de duração (2018 a 2023). Contou com o apoio da equipe de facilitação, composta pela Coordenadora do RAN e duas servidoras, com o acompanhamento da Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para Conservação (COPAN).

Aprovado pela Portaria ICMBio nº 293 de 2018, o CERPAN foi criado com o objetivo de

reduzir o risco de extinção das 41 espécies-alvo de peixes, anfíbios, répteis e primatas do Cerrado e Pantanal e as ameaças aos seus habitats. Por abranger diversos grupos da fauna, o CERPAN é o primeiro Plano de Ação a envolver quatro centros de pesquisa do ICMBio. Sendo o mais novo PAN coordenado pelo RAN, com sua publicação foi atingido o total de 100% das espécies de anfíbios e répteis ameaçados de extinção contemplados em planos de ação. Compreendendo áreas do Cerrado, Pantanal e parte da Amazônia (especialmente a bacia Tocantins-Araguaia), seu maior desafio é manter a integração entre os diferentes atores envolvidos na conservação ambiental do seu extenso recorte geográfico, que abrange 12 estados brasileiros e o Distrito Federal.

Para acompanhar o CERPAN, acesse a [página](#).

O Cerpán foi criado com o objetivo de reduzir o risco de extinção das 41 espécies-alvo de peixes, anfíbios, répteis e primatas do Cerrado e Pantanal.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

Acervo/RAN

Operação Curupira 9 apreende armas, pássaros, carcaças e aplica 7 multas



Na Operação, foram resgatados 157 pássaros silvestres, que foram soltos na natureza e 220 gaiolas e alçapões destruídos.

Marco Freitas

Armas, animais abatidos, prisão em flagrante, criação ilegal de pássaros silvestres e 7 multas, totalizando R\$ 114 mil. Esse foi o saldo da Operação Curupira 9, realizada pelos fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) e pelo Batalhão de Polícia Ambiental (BPM). As ações de fiscalização aconteceram nos municípios de Murici, União dos Palmares, Flexeiras, Joaquim Gomes e Novo Lino, em Alagoas.

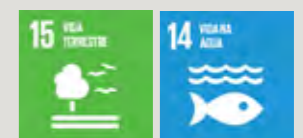
De 20 a 26 de outubro, foram apreendidas 4 espingardas, 4 tatuzeiras, 6 carcaças de animais abatidos (um gavião, dois tatus e três cuandumirim, espécie ameaçada de extinção) e, ainda, resgatados 157 pássaros silvestres, que foram soltos na natureza e 220 gaiolas e alçapões destruídos. Uma pessoa foi presa em flagrante por posse ilegal de arma.

Segundo o chefe da Estação Ecológica (Esec) de Murici, Marco Antônio de Freitas, a Operação

também focou em rondas no interior da mata para flagrar caçadores. Numa destas rondas, uma pessoa foi autuada no interior da Esec de Murici e teve sua motocicleta apreendida, além de ter sido multada. “Flagramos muitas gaiolas com pássaros silvestres dentro de uma mesma residência. Absurdos de uma casa ter 24, 26 e 28 gaiolas com pássaros silvestres”, resalta Freitas. Somente neste ano já foram apreendidos nas operações de fiscalização 1.034 pássaros silvestres, que foram soltos na natureza.

Das multas aplicadas na Operação Curupira, 5 foram pelo IMA e 2 pelo ICMBio. A equipe da Esec ainda se prepara para a Operação Curupira 10, que deverá acontecer no mês de novembro. “Percebemos o resultado positivo destas Operações quando caminhamos pela Esec e percebemos o aumento de animais circulando pela mata”, argumenta.

ODS relacionados



Fiscais combatem crimes ambientais em cinco UCs

Na primeira semana de outubro, foi realizada uma operação de fiscalização na Floresta Nacional de Jacundá, em Rondônia. Foram 4 fiscais do ICMBio acompanhados de 8 policiais militares (do Batalhão de Choque e do Bope). Foram lavrados 4 autos de infração, com multas que somam R\$ 74.000,00, e efetuadas 4 apreensões. A unidade tem sofrido pressões como invasões, grilagem de terras públicas, desmatamentos e queimadas ao sul da unidade.

Os fiscais também realizaram operações, na primeira quinzena de setembro, no Monumento Natural do Rio São Francisco e na Estação Ecológica Raso da Catarina. Foram 5 fiscais do ICMBio e 2 agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), com quatro veículos oficiais. Foram lavrados 3 autos de infração, que somam multas de R\$ 40.000,00. O Mona foi criado em 2009, possui mais de 26 mil hectares no bioma Caatinga e abrange municípios

de três estados (Bahia, Alagoas e Sergipe). Já a Esec foi criada em 1984, neste mesmo bioma, e abrange os municípios de Jeremoabo, Rodelas e Paulo Afonso (BA), possuindo mais de 104 mil hectares.

Na segunda metade de junho, a Área de Proteção Ambiental da Região Serrana de Petrópolis e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos receberam a ação de 6 fiscais do ICMBio, com apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Petrópolis e da Polícia Militar. Foram lavrados 6 autos de infração, que somam R\$ 350.000,00 em multas, e efetuadas 6 apreensões. A operação teve por objetivo atender a denúncias sobre apanha e cativeiro de passeriformes. Apreenderam mais de 50 pássaros silvestres em cativeiro e diversas armadilhas para futuras capturas. Alguns animais foram soltos de forma imediata em área adequada e outros foram encaminhados ao Cetas, do Ibama, em Juiz de Fora (MG).

Operação de fiscalização foi realizada na Floresta Nacional de Jacundá, em Rondônia.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

Praia do Boldró recebe mais uma estrutura para atender população



Acervo/ICMBio

Prédio em Fernando de Noronha foi reformado pelo ICMBio.

A praia do Boldró, em Fernando de Noronha, vai receber mais uma estrutura para atender turistas e a comunidade de forma geral. Trata-se de um imóvel de aproximadamente 600m² de perímetro e 300 m² de área coberta que foi reformado pelo ICMBio e deve proporcionar mais um ponto de conforto e comodidade à população e aos turistas.

O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles; o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio; o presidente da Embratur, Gilson Machado; o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Fernando Lorencini; além do diretor do Diman/ICMBio, Marcos Simanovic, e do presidente do Conselho Distrital da Ilha, Milton Luna, compareceram ao evento. Na ocasião, o ministro Ricardo Salles exaltou o esforço realizado para a requalificação do prédio, já que o imóvel estava abandonado há trinta anos. Em sua fala, Salles enfatizou que era o início de um grande passo do ICMBio em Noronha e firmou o

compromisso com a comunidade de não manter espaços por longo tempo sem destinação. A seguir, o ministro cumpriu visitas técnicas na Ilha.

Em 2017, foi iniciado um processo para revitalizar a estrutura. As discussões foram retomadas em 2019, quando o ICMBio simplificou o projeto com o apoio do Serviço de Infraestrutura (Seinfra) e fez um edital de permissão de uso, que contou com a participação de quatro empresas concorrentes. Segundo o analista ambiental do SEINFRA, José Martinez, a estrutura foi pensada em pré-moldados que chegaram do continente, a fim de respeitar as normas sanitárias da Ilha.

O permissionário do imóvel vai explorá-lo economicamente, podendo colocar restaurantes, lanchonetes e outras estruturas para melhor conveniência do turista e da comunidade. O ICMBio também poderá usufruir do imóvel, caso queira utilizá-lo para realização de eventos ou usá-lo de maneira educativa.

ODS relacionados



Voluntários sinalizam trilha dos Caminhos do Planalto Central

Nos dias 24 e 25 de outubro, cerca de 50 voluntários, sob coordenação dos Caminhos do Planalto Central e com o apoio dos brigadistas da Área de Proteção (APA) do Planalto Central, realizaram atividades de sinalização em 70 km de trilhas que compõem a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso.

Os Caminhos do Planalto Central integram o Caminho dos Goyazes (percurso da Cidade de Goiás à Chapada dos Veadeiros). Compreendem um conjunto aproximado de 400 km de trilhas para caminhantes, ciclistas e cavaleiros, com três arcos que partem de dois pontos de relevante interesse ambiental e histórico, a Floresta Nacional de Brasília e a Pedra Fundamental no Morro do Centenário. A conexão ao Caminho dos Goyazes acontece a leste na Lagoa Feia, em Formosa (GO), e a oeste na Barragem do Descoberto, em Águas Lindas-GO.

Foram sinalizados com tinta spray e placas trechos da Trilha União, entre a Flona de Brasília e a Pedra Fundamental de Planaltina, que contorna o Parque Nacional de Brasília. Os trechos do Córrego do Meio, Rota do Cavalo e Poço Azul receberam as pegadas pretas e amarelas

nos dois sentidos. A identificação do percurso traz a Torre Digital no centro da pegada. A torre é um dos monumentos símbolo de Brasília, tem o formato estilizado de Flor do Cerrado e pode ser avistada de várias posições ao longo dos caminhos, representando, de forma simbólica, referência para orientação no percurso.

Antes de iniciarem a parte prática, os voluntários que foram selecionados pela chamada 0001/2020 da APA do Planalto Central foram convidados a participar de três encontros virtuais de capacitação e de uma visita técnica na sede da APA do Planalto Central.

Nos dias 28, 31 de outubro e 1 de novembro estão agendadas mais atividades de preparação para as próximas atividades de sinalização e de caminhadas pelas trilhas.

Informações sobre os Caminhos do Planalto Central (CPC)

As imagens de sábado e domingo estão aqui e [aqui](#).



Bárbara Lins

Trechos da Trilha União foram sinalizados com tinta spray.

Curta

Tamar ICMBio seleciona 4 voluntários para atuar em Fernando de Noronha

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação em Tartarugas Marinhas e Biodiversidade Marinha do Leste (Centro Tamar) abre inscrições até o dia 15 de novembro para 4 candidatos interessados em atuar como voluntários na Base Avançada do Tamar em Fernando de Noronha-PE. São duas vagas para atuação de janeiro a julho de 2021, e mais duas vagas para o período de julho a dezembro de 2021.

Entre os pré-requisitos estão: possuir preferencialmente escolaridade superior concluída, ou em processo, nas áreas de biologia, oceanografia, ecologia, medicina veterinária ou afins. Espera-se do candidato que seja comunicativo e proativo, saiba trabalhar em equipe e goste de interagir com público.

Em função da pandemia, o trabalho será remoto/on-line e, posteriormente, quando cessarem os riscos, os voluntários estarão presencialmente na Base. Cada candidato desempenhará carga horária de cerca de 30 horas semanais, podendo ser fornecido transporte para atuações em campo na ilha de Noronha. Todos receberão treinamento e orientações quanto à atuação na Base Avançada do Tamar ICMBio em Fernando de Noronha-PE.

Mais informações [aqui](#). Basta escolher o Centro para o qual está concorrendo - Tamar/ICMBio.

Dia do Servidor Público

28 de outubro



Neste Dia do Servidor Público, o ICMBio homenageia todos os servidores e colaboradores do Instituto, que dedicam o tempo e trabalho em prol da conservação da biodiversidade brasileira.

Agradecemos pelo empenho de cada um em suas diversas funções, seja nas Unidades de Conservação, nos Centros de Pesquisa, na sede ou nas unidades descentralizadas, em todas as partes do Brasil.



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Carla de Oliveira

Projeto Gráfico

DCOM

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Marjore de Carvalho Malaquias

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjore de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Bruno Bimbato

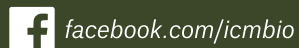
Colaboraram nesta edição

Colaboradores: Ramila Rodrigues/DCOM, Cemave, Esec Murici, Ricardo Peng/ APA do Planalto Central, Equipe do RAN, Roberta Graf, Felipe Cruz Mendonça, Sandra Tavares/Tamar e equipe CPB.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL